

**As regras e o método sociológico de Florestan Fernandes:
um olhar para a pesquisa empírica em
Branços e negros em São Paulo (1959)**

Ana Lúcia Pereira

Universidade Federal de Tocantins (UFT), Palmas, Tocantins, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0003-1135-6259>

E-mail: analuciap@mail.uft.edu.br

Alonso Bezerra de Carvalho

Universidade Estadual Paulista (UNESP), Marília, São Paulo, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0001-5106-2517>

E-mail: alonso.carvalho@unesp.br

Resumo: O artigo apresenta algumas considerações sobre o cuidado que o sociólogo Florestan Fernandes dedica à pesquisa empírica, tendo como objeto de análise, a segunda edição da obra produzida em parceria com Roger Bastide, *Branços e negros em São Paulo: ensaio sociológico sobre os aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana*, publicada em 1959. Descreve a obra a partir do olhar do próprio Florestan Fernandes, quando ele avalia sua relação com Roger Bastide, em entrevista concedida ao Caderno Mais do *Jornal Folha de São Paulo*, em 1995, ao final de sua vida. Apresenta os procedimentos metodológicos de investigação empírica explicitada pelos autores e o compromisso com a ciência e com a sociedade brasileira. A magnitude da obra analisada está no fato de que se constitui em um portal para novos caminhos que levaram a consolidação da sociologia brasileira e a desconstrução do mito da democracia racial no Brasil.

Palavras-chave: Brancos; Negros; Pesquisa empírica; Preconceito racial; Sociologia brasileira.

Florestan Fernandes' rules and sociological method: a look at empirical research in *Branços e Negros em São Paulo* (1959)

Abstract: The article presents some considerations about the care that the sociologist Florestan Fernandes dedicates to empirical research, having as object of analysis, the second edition of the work produced in partnership with Roger Bastide, *Branços e negros em São Paulo: ensaio sociológico sobre os aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana*, published in 1959. Describes the work from the perspective of Florestan Fernandes himself, when he assesses his relationship with Roger Bastide, in an interview granted to the *Folha de São Paulo*, in 1995, at the end of his life. It presents the methodological procedures of empirical research explained by the authors and the commitment to science and to Brazilian society. The magnitude of the work analyzed lies in the fact that it constitutes a portal for new paths that led to the consolidation of Brazilian sociology and the deconstruction of the myth of racial democracy in Brazil.

Keywords: Whites; Black; Empirical research; Racial prejudice; Brazilian sociology.

Texto recebido em: 10/08/2020**Texto aprovado em: 16/11/2020**

Introdução

Este artigo pretende lançar um olhar para a segunda edição do livro escrito por Florestan Fernandes e Roger Bastide - *Branços e negros em São Paulo: ensaio sociológico sobre os aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana* -, publicada em 1959, destacando o caminho trilhado por Florestan Fernandes e explicitado nas notas de rodapé do próprio ensaio, no conteúdo do projeto de estudo publicado em forma de apêndice e na sua avaliação final do processo que envolveu a pesquisa na análise do conteúdo de um fragmento da entrevista concedida por ele à *Folha de São Paulo*, uma semana antes de sua morte.

A nossa hipótese é a de que a opção pelo emprego da pesquisa empírica, concebida como um caminho para a produção do conhecimento, que visa a compreensão de contextos e fenômenos sociais, sistematizada cuidadosamente por Florestan Fernandes e Roger Bastide no ensaio *Branços e negros em São Paulo* (1959), é um instrumento de trabalho pouco utilizado nos dias atuais, pela desvalorização das ciências humanas, principalmente quando nos referimos ao campo da Sociologia e da Antropologia.

Após fazer um pequeno relato da vida de Florestan, na primeira parte do artigo apresentamos a avaliação que ele fez da produção do referido ensaio, destacando o trabalho de parceria com o sociólogo francês Roger Bastide (1898-1974), que contribuiu como co-autor do texto.

Na segunda parte, central para os propósitos deste trabalho, buscamos identificar na referida obra como foi realizada a pesquisa empírica e o que ela significa no campo das ciências sociais. No ensaio, os autores adotaram a empiria como procedimento metodológico, especificamente no sentido de recuperar biografias, histórias de vida e observação direta como instrumentos de investigação e de interpretação, que foram mobilizados por eles para compreender a função do preconceito de cor no município de São Paulo na década de 1950. O ensaio é rico em detalhes sobre as técnicas de pesquisa utilizadas e contém dois apêndices nos

quais podemos observar o rigor na busca dos melhores caminhos para a elaboração e execução do “projeto de estudo”, como fica bem explícito.

Finalmente, assinalamos que a retomada da leitura do ensaio *Branços e negros em São Paulo* (1959), que ficou ofuscada após a publicação de *A integração do negro na sociedade de classes* (1965), é importante porque nos permite um maior conhecimento sobre a importância da pesquisa empírica e seu impacto no processo de coleta de dados, análise, interpretação e apresentação de resultados das pesquisas produzidas no campo das Ciências Sociais.

Esse artigo se junta às demais produções de cientistas sociais que fazem a justa homenagem ao pensador brasileiro Florestan Fernandes, nas comemorações de seu centenário de nascimento.

Para o pesquisador, a obra está sempre inacabada

Florestan Fernandes (1920-1995), nasceu em São Paulo, em uma família empobrecida, que representa o perfil da classe trabalhadora brasileira, que nem sempre tem acesso à academia. Começou a trabalhar aos seis anos de idade, o que o impediu de fazer o Curso Primário. Formou-se fazendo o curso supletivo, denominado Curso Madureza, atualmente conhecido como Educação de Jovens e Adultos, o que mostra que vivenciou grande parte das desigualdades sofridas pelos trabalhadores brasileiros que não têm acesso à escola pública, gratuita e de qualidade.

Frequentou a escola em período noturno, e ainda que tenha conseguido se formar, compreendeu que o alunado que está na condição de trabalhador encontra na escola uma barreira invisível a olho nu, que se manifesta em uma relação ensino/aprendizagem muitas vezes preconceituosa, quando nem sempre a pessoa que ensina nesse período possui uma expectativa positiva em relação à pessoa que aprende, sendo ele branco ou negro.

Essa experiência de vida o marcou muito e o fez um defensor da escola pública, gratuita e de qualidade, assim como Anísio Teixeira. Superando essa barreira, Florestan chegou à academia: “bacharelou-se em 1943 em Ciências Sociais, pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, onde doutorou-se em 1951 e foi livre-docente e professor titular na cadeira de Sociologia”. (SILVA, 1995, p. 4).

Chegar ao topo da carreira universitária não o fez esquecer de sua origem humilde e das desigualdades sociais que estão presentes na vida de todo trabalhador brasileiro, principalmente o trabalhador paulistano, que sofre a influência das contradições sociais de uma metrópole que, na opinião de Florestan Fernandes, tornava significativa “a flagrante desigualdade que separa o negro do branco na estrutura profissional”¹ (FERNANDES; BASTIDE, 1959, p. 62).

Florestan pode ser considerado um dos grandes intelectuais que o Brasil produziu, não somente porque chegou ao topo da carreira universitária, mas porque influenciou o pensamento social, político e econômico brasileiro e latino-americano. Ele se tornou reconhecido internacionalmente por seus trabalhos relativos ao debate sobre o desenvolvimento econômico na América Latina, o que, por si só, já nos daria motivos para homenageá-lo e estudá-lo, pois sempre pensou o nosso país dentro de um contexto macro, e ainda que reconhecesse a situação de dependência do país, nunca produziu um pensamento que não fosse altivo e soberano. É nesse sentido que os seus estudos sobre as relações raciais entre brancos e negros em São Paulo mudou completamente o rumo das reflexões e pesquisas sobre as relações raciais no Brasil, tendo em vista que o ensaio confrontou mito da democracia racial brasileira.

Sabemos que essa questão já foi muito debatida e é consenso que a sua obra prima seja o trabalho intitulado *A integração do negro na sociedade de classes*, produzido originalmente como sua tese de Livre-docência em 1964, e publicada em 1965. Nessa obra, Florestan coloca em destaque e condensa de maneira contundente um aspecto da sociedade brasileira: as desigualdades social e racial.

Entender como e por que a formação do capitalismo entre nós não gerou uma sociedade minimamente civilizada e democrática foi uma verdadeira obsessão de Florestan. Obsessão que, claro, exprimia sua própria trajetória social, uma penosa e difícil travessia de suas origens sociais plebeias para o posto de catedrático de sociologia da USP. (BRASIL JR., 2020).

No ensaio *Branco e negro em São Paulo* essa questão da desigualdade e dos limites que a sociedade brasileira impunha e impõe a uma efetiva igualdade de oportunidades para os seus diferentes grupos e classes sociais já aparecia com muita clareza, sobretudo com a tentativa de responder à seguinte pergunta: como é possível explicar uma sociedade que se organiza contra a democratização? Embora fosse um trabalho que lhe foi proposto de fora para dentro, ou seja, ele não estava focado nesse assunto no momento em que a UNESCO se propôs a desenvolver uma

pesquisa sobre o preconceito de cor² e que envolveu outras regiões do Brasil, nem por isso ele deixou de se empenhar como pesquisador em demonstrar que o mais importante é o resultado nu e cru da pesquisa e não o que se espera dela.

Além de colocar em evidência as desigualdades raciais que permaneciam mesmo com o processo de mudanças sociais, como a urbanização e a industrialização, no ensaio de 1959 Florestan abriu um novo caminho, muito mais próximo da verdade, para que a academia também pudesse se dedicar ao estudo do preconceito racial no Brasil, quebrando com o silêncio e a resistência que o ambiente acadêmico, social e político, típico da sociedade tradicional burguesa paulistana, tinha ao abordar o assunto

Florestan mesmo afirma: “eu me envolvi em várias pesquisas que determinaram, em circunstâncias diferentes, exigências distintas de elaboração interpretativa” e, nesse sentido, acreditamos que nas comemorações do seu centenário é importante analisar as circunstâncias que o levaram a produzir um trabalho que, embora os resultados tenham sido expostos por primeira vez em 1955, sacudiu a elite intelectual paulistana, que acreditava em uma democracia racial no Brasil.

Florestan Fernandes escreve no Prefácio da segunda edição que no momento em que a proposta foi trazida pela UNESCO, ele já tinha sido incentivado por Paulo Duarte. No entanto, há também uma outra narrativa de que era interesse e demanda de Roger Bastide, impulsionado pelo financiamento da UNESCO, conforme relato do próprio Florestan Fernandes, contido na entrevista feita pelo pesquisador José Luís Silva e concedida à Folha de São Paulo:

Em 1950, Bastide recebeu um convite da Unesco para fazer uma pesquisa sobre o negro em São Paulo. Eu não queria participar deste projeto porque estava terminando de redigir ‘A função³...’. Mas ele insistiu e acabei cedendo. Fui co-diretor da pesquisa. Havia US\$ 1.000 de colaboração da Unesco: metade ficou com a pesquisadora que trabalhou com Bastide, metade com o pesquisador que trabalhou comigo. E nada mais (*risos*). (SILVA, 1995, p. 4).

Compreendemos que nessa fala ele demonstra que a primeira vista um edital da UNESCO poderia dar a falsa ideia de que os responsáveis pela pesquisa estariam ganhando financeiramente com o trabalho, mas não. Quando a pesquisa é séria, conta com um bom planejamento e uma boa equipe, o recurso financeiro cobre somente os custos da pesquisa em si. A pesquisa não é mercadoria e o fato do retorno financeiro ser quase zero, não deve comprometer a qualidade do trabalho. Os pesquisadores assistentes Dra. Lucilla Hermann e o professor Renato Jardim Ana Lúcia Pereira, Alonso Bezerra de Carvalho

Moreira, desenvolveram a pesquisa empírica com a orientação de Florestan, mas sempre com a preocupação de fundamentá-la teoricamente. A análise do modo de fazer pesquisa empírica e do uso das fontes é o grande destaque que queremos trazer aqui sobre o trabalho do sociólogo e sobre o respeito que se deve ter para a construção do fenômeno pesquisado e os sujeitos pesquisados.

Outra equipe de pesquisadores, composta por Oracy Nogueira, Aniela Ginsberg e Virgínia Leone Bicudo, desenvolveram estudo do fenômeno do preconceito de cor numa situação rural, aplicando técnicas psicológicas. No entanto, os resultados colhidos por essa equipe não foram aproveitados nesse trabalho devido a pressão da UNESCO pelo cumprimento de prazos.

Considerando que Florestan Fernandes pretendia compreender a função do preconceito de cor, recorreu à técnica de pesquisa chamada observação direta, conforme podemos identificar em sua fala:

Mas foi o trabalho mais educativo de que participei. Vivi em cortiços, em vários bairros de São Paulo, e sabia muita coisa sobre as condições reais de vida do negro entre nós. Toda essa tentativa de escamotear a realidade não pegava comigo. Por isso, logo de cara, tive um grande problema com o professor Bastide. Ele não tinha uma posição firme com relação a se havia ou não preconceito, se havia ou não democracia racial. (SILVA, 1995, p. 4).

78

Esse trecho da pesquisa toca em um ponto fundamental que traz um valor inestimável ao ensaio *Branços e Negros em São Paulo*: organizado em capítulos, a autoria de cada um deles é alternada, ou seja, ora é Florestan, ora é Bastide quem escreve. Essa oscilação, contextualizada na sua época – década de 1950 –, é o retrato fiel do desconforto que essa discussão causa na academia e na sociedade como um todo. Assim Florestan demonstra quais as estratégias que utilizou para driblar esse impasse, ao se deter nos argumentos utilizados por Bastide:

Ele [Bastide] dominava igualmente o campo da antropologia, da sociologia e da psicologia. Com hipóteses psicológicas, por exemplo, ele muitas vezes tendia a pensar que certos comportamentos e alegações eram produtos da auto-defesa do negro, para se proteger das suas próprias deficiências. Outras vezes, ele pensava que os brancos de fato camuflavam a realidade, sem que, com isso, tivessem a intenção de excluir o negro de participação de certas esferas da vida. (SILVA, 1995, p. 4).

Feita dez dias antes de sua morte, a entrevista revela o quanto as questões subjetivas, políticas e de concepção de mundo do pesquisador influenciam diretamente no desenvolvimento da pesquisa e no resultado final do trabalho. Dito

de outro modo, o suposto conflito vivenciado nos bastidores - formação básica do pesquisador, o campo em que a pesquisa se insere, a interdisciplinaridade e o posicionamento ideológico dos diferentes atores envolvidos -, influenciam o processo de produção e da equipe em si. Talvez seja por isso que Florestan não discorre com tanto afinco sobre esse ensaio, mas acrescenta:

Ele [Bastide] interpretava o Brasil da maneira mais civilizada possível. E aceitava os estereótipos, as auto-avaliações correntes. Eu já vinha predisposto a trabalhar contra elas. Para haver ajustamento entre nós, sugeri a ideia de um continuum, em que a intensidade de discriminação poderia variar de zero até um máximo 'x'. Indivíduos brancos e negros podem se colocar nesse continuum. É o que acontece. Não há padronização. Encontra-se gente mais aberta ao convívio inter-racial, gente mais fechada. Gente que discrimina, gente que não discrimina. Era preciso uma hipótese como esta para nós podermos trabalhar sem conflito. (SILVA, 1995, p. 4).

Essa estratégia arquitetada por Florestan Fernandes aparentemente é técnica, pois como um teórico da Sociologia ele buscou trabalhar com a análise de dados qualitativa e quantitativamente. No entanto, se considerarmos que eles estão trabalhando com questões essencialmente abstratas, devemos concluir que se trata de uma estratégia política, digna de um mestre.

Essa negociação ocorrida há quase 70 anos atrás, ainda é muito recorrente nas pesquisas que têm como objeto de estudo as relações raciais no Brasil. São negociações que são feitas em todas as etapas da pesquisa, desde a sua concepção, passando pela redação do projeto de estudo, nas entrevistas próprias dos processos de seleção, na relação orientador/orientando e ao final, nas bancas de defesa. Ainda que Florestan afirme que foi possível trabalhar com Bastide sem conflito, esse ponto de disputa ainda causa muito desgaste para o pesquisador que pretende estudar o preconceito de cor (conceito da época) ou o racismo (conceito de hoje), o que demonstra que o mito da democracia racial ainda se faz presente no meio acadêmico.

O diálogo entre Roger Bastide e Florestan Fernandes foi exitoso, conforme afirma Florestan:

Ele [Bastide] felizmente aceitou. E fizemos este livro, que tem, no primeiro capítulo, um corte vertical, desde as origens do negro em São Paulo até aquele momento em que fazíamos a pesquisa. Sabíamos os vários tipos de ocupação dos negros desde a evolução da escravidão até as manifestações finais da desagregação do regime servil. Uma outra parte do livro é a análise de uma estrutura social em que a transformação da própria estrutura causa a mudança do substrato racial. Há aí um continuum histórico. Lido com

uniformidades de sequências. É possível estabelecer ligações entre diferentes situações concretas. Isso permite que se passe de uma análise funcional para uma análise dialética. (SILVA, 1995, p. 4).

Ainda que no trecho acima Florestan Fernandes esteja respondendo a uma bateria de perguntas que envolve toda a sua produção acadêmica, é visível que essa explanação sobre o ensaio que ele produziu com Roger Bastide, se além especificamente aos capítulos que ele mesmo redigiu. Nesse sentido, na citação acima, Florestan resume em poucas palavras os capítulos que ele redigiu em *Branco e negro em São Paulo: ensaio sociológico sobre os aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana* (1959): Capítulos I. Do escravo ao cidadão (p. 1-76); II. Cor e estrutura social em mudança (p. 77-161) e V. A luta contra o preconceito de cor, que é uma espécie de conclusão, pois na sequência são inseridos os apêndices referentes ao processo de planejamento e desenvolvimento da pesquisa que são muito interessantes para o contexto desse artigo e serão abordados na próxima seção.

A essa altura da entrevista, quando Florestan afirma: “é possível estabelecer ligações entre diferentes situações concretas. Isso permite que se passe de uma análise funcional para uma análise dialética.” (SILVA, 1995, p. 4), foi possível extrair do criador uma explicação sobre os métodos empregados no processo de produção do ensaio. Vejamos a pergunta e a resposta:

Folha – Elas não se contradizem?

Fernandes – Não, elas não se excluem. Se for preciso uma interpretação concentrada em determinado momento, explora-se a análise funcional. Se se lida com a evolução daquela totalidade em transformação, explora-se uma análise que é macro-sociológica. É preciso então usar recursos dialéticos de interpretação. (SILVA, 1995, p. 4).

No nosso entendimento, ainda que Florestan Fernandes tenha sofrido muitas críticas por mesclar interpretação funcionalista e interpretação dialética em seu trabalho, é possível perceber que o emprego desse recurso estava muito bem estruturado em sua linha de raciocínio. Podemos dizer que sua genialidade também se manifesta nessa opção metodológica que provoca escândalo em alguns setores da academia.

Ao fim e ao cabo, todo esse esforço de trabalho com Roger Bastide na produção de *Branco e negro em São Paulo* alcança um resultado bastante positivo que, ao nosso ver, é mérito de Florestan Fernandes:

Folha – Como terminou sua divergência com Bastide?

Fernandes – Nossas interpretações convergiram para a negação da existência de uma democracia racial. Esta foi a nossa denúncia mais importante. Aliás, se não havia democracia para branco, porque deveria haver democracia para negro? Era fantasia. Quando houver cidadania universalizada e a democracia abranger todos de uma forma mais ou menos homogênea, aí sim se poderá falar de uma democracia racial. Caso contrário, escondemos a realidade atrás de um véu. (SILVA, 1995, p. 4).

A pesquisa empírica como procedimento metodológico

Nessa seção, pretendemos fazer uma descrição do quanto a pesquisa empírica foi determinante para o sucesso do grande empreendimento que foi o estudo sobre relações raciais no Brasil, na década de 1950.

Florestan Fernandes inicia a redação do prefácio da segunda edição do livro *Branços e negros em São Paulo* (1959), escrevendo sobre o papel dos atores envolvidos no processo de produção da pesquisa no município de São Paulo, onde a “responsabilidade financeira pelo custeio parcial da coleta de dados recaiu sobre a UNESCO e a Reitoria da Universidade de São Paulo” (p. VII). No caso ele cita que haveria a possibilidade de garantir maior amplitude à pesquisa de campo e à psicologia social, portanto, necessitava de parceria e investimento financeiro.

De acordo com Florestan Fernandes, o projeto de estudo foi impulsionado pelo interesse da UNESCO em pesquisar as relações raciais na sociedade brasileira e, nesse caso, foi marcante a figura do etnógrafo suíço Alfred Métraux (1902-1963), um dos coordenadores do projeto na UNESCO, que travou os primeiros contatos com os pesquisadores brasileiros.

Segundo Macagno (2013), Alfred Métraux, desconfiava das narrativas em torno da democracia racial e era ciente da importância da pesquisa empírica para o desvendamento desse fenômeno.

Outra informação que Florestan Fernandes fornece no prefácio, é que já havia manifestação de interesse de Paulo Duarte (1899-1984), então diretor da *Revista Anhembi* e do Instituto de Pré-História da USP (MENDES, 1994), em publicar estudo sobre as relações raciais no Brasil e de que o mesmo havia pedido a Roger Bastide que realizasse diagnóstico sobre esse assunto e que o projeto já estava em andamento.

Nesse sentido, quando Florestan Fernandes escreve que aceitou o desafio e conseguiu fazer a junção dos dois projetos, identificamos a fonte teórico-Ana Lúcia Pereira, Alonso Bezerra de Carvalho

metodológica do projeto representada pela sociologia clássica francesa de Émile Durkheim, tendo na coordenação da pesquisa, Roger Bastide, notável intelectual da escola moderna francesa.

Florestan acrescenta em tom de agradecimento:

É impossível frisar a quem o projeto ficou devendo o grau de sucesso alcançado. Sem o apoio da UNESCO, os planos jamais poderiam tender para os objetivos consagrados no projeto final; sem a intervenção de Paulo Duarte, por paradoxal que pareça, seria impossível conseguir os fundos fornecidos pela Reitoria da Universidade de São Paulo; sem a presença de Roger Bastide, dificilmente se poderia contar com a cooperação prestimosa e entusiasta de várias instituições e personalidades do meio negro de São Paulo. (BASTIDE; FERNANDES, p. VII)

Como vemos, é possível observar que Florestan se aproxima das instituições e personalidades do meio negro pela influência de Roger Bastide e sem essa colaboração dos sujeitos que são vitimados pelo preconceito de cor, a pesquisa não aconteceria. A aproximação das comunidades e dos grupos pesquisados demandam tempo, empatia e uma disposição que não depende somente do pesquisador. Esse dado é importante para compreendermos que, nos dias de hoje, o estreitamento do tempo para o desenvolvimento das pesquisas, prejudicam muito o trabalho do sociólogo e do antropólogo, que dependem da pesquisa empírica.

82

Por fim, mas não menos importante, ele cita a participação dos alunos que estavam em atividade naquele momento e os que eram egressos. Essa colaboração no processo de coleta de dados vai permitir que a pesquisa propriamente dita se expanda, mas também que Florestan Fernandes brilhantemente forme a sua escola sobre os estudos das relações raciais no Brasil.

Outra função que esses alunos desempenharam na pesquisa foi se olhar e se ver como representantes das famílias brancas de São Paulo, que Bastide dividiu em dois tipos: “as velhas famílias tradicionais, que conheceram a escravatura e dela viveram, outrora, e as que provêm da imigração” (BASTIDE; FERNANDES, 1959, p. XV).

A introdução do trabalho foi redigida por Roger Bastide, e contém ao nosso ver, a tese defendida pela dupla:

O preconceito de cor, cuja função era justificar o trabalho servil do africano, vai servir agora para justificar uma sociedade de classes, mas nem por isso vão variar os estereótipos antigos; mudarão apenas de finalidade. Entretanto, um novo tipo de preto afirma-se cada vez mais, com a transformação do escravo em cidadão, e o

branco não sabe mais que atitude tomar para com êle, pois os estereótipos tradicionais, já não se aplicam a esse negro que sobe na escala social. São fenômenos de gestação, essas metamorfoses e ambivalências que pretendemos estudar neste relatório para a UNESCO e ANHEMBI. (BASTIDE; FERNANDES, 1959, p. XIII).

Bastide e Fernandes, ao estudar a função do preconceito de cor na sociedade de classes, deixam evidente que não estão estudando “o negro” ou “o branco”, mas as relações raciais entre brancos e negros e, nesse sentido, estarão observando o comportamento de ambos os grupos e, aqui ressaltamos que eles introduzem o conceito de branquidade, que foi pouco explorado na época e, em nossos dias, temos trabalhado o conceito de branquitude. (BENTO, 2002).

Esse “negro que sobe na escala social” será identificado no desenvolvimento da pesquisa de campo e convidado a participar da reunião do projeto de pesquisa que se tornou público para a sociedade paulistana:

reuniram-se numa mesa redonda os representantes mais qualificados dos paulistas de cor. O êxito dessa primeira reunião foi tal que pediram para trabalhar no inquérito. Tratou-se então de organizar sucessivamente: 1º) uma comissão para o estudo das relações raciais entre brancos e pretos em São Paulo, composta dos pesquisadores escolhidos e dos representantes negros, com reuniões quinzenais [...]. 2º) uma comissão especial de alguns intelectuais de cor para preparar a reunião da comissão precedente e examinar de modo mais profundo certos problemas particularmente delicados; 3º) uma comissão feminina encarregada de examinar as características de preconceito de cor relativamente à mulher e à criança. (BASTIDE; FERNANDES, 1959, p. XIV)

As regras seguidas por Florestan Fernandes e Roger Bastide são bem rígidas e logo no primeiro parágrafo do prefácio da segunda edição, que foi escrito por Florestan Fernandes, nos deparamos com uma observação sobre o tempo para a produção do livro que, na opinião de Florestan, foi “precipitado” pela vinda de estudos da UNESCO sobre relações raciais na sociedade brasileira. Essa informação é importante porque de acordo com “seus compromissos e seus esforços orientam-se, sempre, pelas coordenadas de uma rigorosa preocupação com a descrição e a comunicação dos fatos etnográficos.” (MACAGNO, 2013, p. 220).

O trabalho foi concebido em 1951, publicado em primeira edição no ano de 1955 - Editora Anhembi e em segunda edição, no ano de 1959, pela Companhia Editora Nacional, ocupando no mínimo nove anos de intenso trabalho, de toda uma equipe de pesquisadores.

A segunda edição da obra é peculiar porque Florestan Fernandes faz questão de tornar transparente o percurso teórico e metodológico que foi percorrido para

que a pesquisa fosse produzida dentro dos padrões rígidos que eram exigidos, tanto pela natureza do pesquisador Florestan Fernandes, quanto pela forte pressão exercida pela elite intelectual brasileira que debatia simultaneamente o tema – relações raciais no Brasil, por intermédio das publicações que eram feitas pela Revista Anhembi, dirigida por Paulo Duarte.

Pretendemos destacar na obra a peculiaridade da pesquisa empírica, considerando todo o planejamento que foi feito para que o fenômeno do preconceito de cor fosse diagnosticado também junto aos brancos e negros que estavam fora do círculo de líderes, intelectuais ou pessoas de classe média do município de São Paulo.

Bastide e Florestan recorreram ao método ecológico para atingir os bairros periféricos e os cortiços da cidade; a aplicação de questionários especiais; a técnica das entrevistas ocasionais com negros e brancos em situações cotidianas; a técnica das entrevistas formais previamente estruturadas e a técnica das biografias e histórias de vida.

Esses métodos e técnicas de pesquisa foram minuciosamente pensados do ponto de vista social e econômico, pois os autores registram que não poderiam deixar de examinar o setor industrial, comercial e bancário, a “fim de julgar da existência de barreiras profissionais, dos estereótipos da classe patronal, das ideologias dos brancos em suas relações com gente de cor, empreendeu-se uma pesquisa sistemática nesse setor”. (BASTIDE; FERNANDES, 1959, p. XV)

Todas as experiências vivenciadas pelos envolvidos na pesquisa eram registradas em um diário de campo, que comportava, registros de tudo o que eles observavam em seu cotidiano e que se relacionava às relações entre brancos e negros em São Paulo. Essas observações iriam aparecer nos relatórios individuais, nas fichas ou nos debates em grupo.

Quando observamos a lista de agradecimentos às pessoas e instituições envolvidas, destacamos as organizações sociais e políticas do segmento negro: Associação José do Patrocínio de São Paulo, Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e a Legião Negra de São Paulo.

Compreendemos que a troca de saberes entre, de um lado, intelectuais e pesquisadores oriundos da academia e de outro, lideranças, intelectuais e associados das instituições negras, permitiram que Bastide e Fernandes trouxessem para o relatório final da pesquisa, questionamentos e críticas ao

passado histórico muito pertinentes, tais quais a crítica à ideologia abolicionista que registramos abaixo:

O que temos em mira é procurar um ponto de referência, na estrutura social, que nos permita compreender porque a ideologia abolicionista se confinou à *libertação do escravo*, em vez de evoluir no sentido da recuperação econômica, social e moral das vítimas diretas ou indiretas do cativo, os negros e seus descendentes mestiços excluídos do *grupo branco*. E, em segundo lugar, porque homens tão esclarecidos chegaram a supor generalizadamente, que a medida legal de 13 de maio de 1888 punha fim ao movimento abolicionista, consagrando os seus princípios e os seus objetivos. Não se procurou impor aos senhores outro ‘prejuízo’ senão aquele que era irremediável: a manumissão dos cativos. Tão pouco se pensou em assegurar qualquer espécie de retribuição aos manumitidos, recentes e antigos, o que equivalia a um tácito reconhecimento da legalidade e da moralidade da expolição anterior. Em contraposição, aguardava-se utopicamente que os negros e os mestiços, egressos do regime servil, desfrutariam imediatamente e sem limitações as vantagens asseguradas pela reconstrução do Brasil ‘sobre o trabalho livre e a união das raças na liberdade’. Tudo isso indica que a interposição diante da delicada questão das reparações aos manumitidos antigos e recentes, questão essa que nem Antônio Bento teve coragem de discutir e de levar à agitação nas *senzalas*. (BASTIDE; FERNANDES, 1959, p. 137-138).

Trata-se de uma crítica contundente ao movimento abolicionista que, no século XIX se contentou com a abolição da escravatura sem um aprofundamento do debate em torno do destino que a população negra teria. De certa forma, as aspas que eles colocam na palavra prejuízo demonstram que não houve dano aos senhores de escravos diante da conjuntura nacional e internacional, ou seja, diante do advento do capitalismo.

Para além disso, o texto nos remete à discussão sobre reparações para os negros escravizados no Brasil. Essa questão das reparações foi muito temida no passado e superficialmente discutida no Brasil por ocasião das celebrações dos 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares em 1995 e posteriormente no ano de 2001, por ocasião da realização da III Conferência Mundial contra o racismo, a discriminação e as intolerâncias correlatas. A III Conferência Mundial aconteceu em Durban, na África do Sul, mas foi precedida de conferências estaduais e conferência nacional, oportunidade em que os movimentos sociais e movimentos negros tocaram nessa ferida.

Outra peculiaridade que resulta da pesquisa empírica, pode ser observada na redação do capítulo V, que tem como título, “A luta contra o preconceito de cor”, onde Florestan Fernandes vai descrever as reações espontâneas e a reação legal

contra o preconceito de cor que foram identificadas no “meio negro”, o que chamaríamos hoje de protagonismo negro.

O capítulo foi produzido a partir da interpretação feita das entrevistas realizadas com personalidades negras, histórias de vida, consultas aos jornais alternativos que foram confeccionados pela imprensa negra e na análise dos marcos legais vigentes a época.

Florestan estrutura o capítulo abordando as reações espontâneas contra o preconceito de cor, demonstrando que essas reações eram tanto da parte dos brancos que se sentiam incomodados com o preconceito de cor existente no Brasil, quanto por parte dos negros que eram diretamente prejudicados com esse tipo de violência psicológica.

Há um debate sobre os impactos causados por ocasião da realização do Congresso da Mocidade Negra Brasileira, que obrigou os homens públicos a refletir sobre a existência ou não da discriminação racial no Brasil. Percebeu-se que as constituições brasileiras de 1934 e 1946 abordavam o assunto de forma explícita, comprovando que eram justas as reivindicações expressas no manifesto do Congresso.

Sendo o preconceito de cor um fenômeno presente na sociedade brasileira, Florestan vai destacar o protesto negro expresso em jornais como o *Clarim d'Alvorada* ou na história de clubes recreativos negros e movimentos de cunho político como a Frente Negra Brasileira. Segundo Florestan, “o importante é que essa atitude constitui um índice de autonomia mental dos negros, pois implica em uma dupla rebelião nas suas relações tradicionais com os brancos” (BASTIDE; FERNANDES, 1959, p. 286).

Nesse capítulo são apresentadas as tabelas construídas a partir da tabulação dos dados das entrevistas ocasionais realizadas com brancos e negros durante os passeios, as corridas de taxi e as viagens de ônibus feitas pelos pesquisadores e registradas em fichas. Foram feitas duas perguntas: 1) O que os negros devem ter ou fazer para ocupar os cargos que somente são concedidos aos brancos e para conseguir maiores oportunidades de ascensão social e econômica? 2) Profissões ideais. As respostas foram agrupadas por sexo e apresentadas em quatro tabelas.

Florestan dedica a última parte desse capítulo para fazer uma crítica contundente a forma como foi sancionada, em 1951, a Lei Afonso Arinos, chamada de lei contra o preconceito de raça ou de cor. Trata-se de um debate pertinente que pode ser considerado até como uma crítica pelo fato da lei ter sido elaborada e

sancionada sem um debate prévio com os movimentos sociais. Questiona também até que ponto a lei atingiria os negros empobrecidos.

O requinte da obra consiste justamente na valorização da pesquisa empírica expresso na publicação do projeto de estudo original, redigido por Florestan Fernandes em abril de 1951. Vamos constatar que o conflito que perpassa a história do Brasil desde a chegada dos africanos escravizados, não se resolveu até os dias de hoje.

Considerações finais

O estudo da obra de Florestan Fernandes nos causa admiração pelo fato de identificarmos, em sua produção, o firme propósito de mostrar ao seu leitor as orientações sobre o ponto de partida, o caminho trilhado, os percalços do caminho, o ponto de chegada e as perspectivas que se abrem para o futuro.

Aparentemente poderíamos pensar que essa deveria ser a postura de todo pesquisador, mas não é. O que se vê costumeiramente é que as fontes, a metodologia, os métodos e técnicas de pesquisa ficam apenas implícitos no trabalho, de maneira que sua apresentação fique mais agradável ao público, vamos dizer assim.

Neste centenário de seu nascimento, quisemos tecer nossa homenagem a Florestan Fernandes justamente para mostrar a sua transparência metodológica e pelo destaque da pesquisa empírica no processo de reconhecimento da sociologia brasileira enquanto ciência capaz de contribuir com grandes mudanças no pensamento social, político e cultural do nosso país.

Nesse sentido, ao optarmos pela exposição de alguns pontos da segunda edição do ensaio *Branco e negro em São Paulo: ensaio sociológico sobre os aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana*, publicada em 1959, é pela possibilidade que ele permite, de estabelecer um parâmetro do processo de produção de uma pesquisa, na medida em que traz o projeto de estudo no apêndice e apresenta no prefácio uma pequena avaliação dos limites identificados pelos próprios autores no momento do lançamento da primeira edição, ocorrida em 1955.

Outra possibilidade que visualizamos com esse artigo, é introduzir também uma outra brecha para visitar o pensamento de Florestan Fernandes sobre esse

trabalho, quarenta anos depois (em 1995), ao final de sua vida, quando concedeu uma entrevista ao Caderno Mais da *Folha de São Paulo*.

Pretendemos dessa forma, conclamar o nosso leitor a reler o livro *Branços e negros em São Paulo* utilizando a linha do tempo, onde os marcos históricos estão da década de 1950, mais precisamente nos anos 1951 (redação do projeto de estudo) e 1958 (prefácio da segunda edição do livro). Essa linha do tempo nos permitirá também parar na década de 1990, no final do século passado e perceber que Florestan Fernandes vai nos fornecer mais detalhes sobre os bastidores do desenvolvimento da pesquisa que gerou esse livro e vai se colocar não como mestre, mas como aprendiz. Isso é desconcertante para nós, leitores, que estamos com os pés fincados no século XXI e percebemos o quanto ainda temos que aprender com Florestan Fernandes, se quisermos preservar o seu legado e, principalmente garantir o status que a sociologia brasileira galgou com a história desse pesquisador.

Para além dessa viagem ao século passado com o intuito de construir o nosso presente como cientistas sociais brasileiros, há que se pensar sobre os impactos dessa obra no que tange ao negacionismo presente da sociedade brasileira, que na década de 1950 se negava a refletir sobre preconceito de cor, de raça e branquitude. Hoje, quase 70 anos depois, se nega a refletir sobre o racismo e a branquitude. É inegável a necessidade de um novo olhar para a forma como foi desenvolvida a pesquisa que resultou no livro *Branços e negros em São Paulo* (1959) para que possamos investir mais na pesquisa empírica e nas Ciências Sociais.

Enfim, Florestan Fernandes tornou-se clássico no campo das humanidades, o que nos desafia a olhar acerca de sua atualidade, promovendo releituras e abordagens inovadoras de suas obras tanto para a pesquisa, para o ensino e para implementação de política públicas. A luta teórica e política de Florestan ainda é a nossa luta nos dias atuais, tendo em vista que a população negra sofreu e continua sofrendo discriminação e preconceito, sendo jogada a uma condição de pauperismo, pois condenada ao desemprego ou à vida de trabalhos degradantes, tornando a simples sobrevivência um enorme desafio. Em uma sociedade fundada no privilégio e na exclusão racial e social, há necessidade do enfrentamento cada vez mais incisivo desses desafios, de maneira a edificar novos valores e novas condutas, principalmente no campo da educação, da cultura, do trabalho, do direito, etc.

NOTAS

1. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2020), essa desigualdade se mantém até os dias atuais.
2. Vamos utilizar o termo tal como era empregado naquele período histórico.
3. Trata-se de sua tese de doutorado que teve como título *A função social da guerra nas sociedades Tupinambás*, defendida em 1951.

REFERÊNCIAS

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. *Branços e negros em São Paulo: ensaio sociológico sobre os aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana*. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1959.

BRASIL Jr., Antônio. A resistência da desigualdade. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 26 jul. 2020. Ilustríssima, p. B14.

BENTO, Maria Aparecida. *Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público*. São Paulo, 2002. Tese (Doutorado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.

MACAGNO, Lorenzo. Alfred Métraux: antropologia aplicada e lusotropicalismo. *Etnográfica*, v. 17, n. 2, p. 217-239, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/33ZfHP7>. Acesso em: 23 set. 2020.

MENDES, Erasmo Garcia. Paulo Duarte. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 8, n. 22, p. 189-193, 1994. Disponível em: <https://bit.ly/2S2wSd6>. Acessos em: 26 set. 2020.

SILVA, José Luís. Florestan ataca o consenso. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 20 ago. 1995. Caderno Mais!, p. 4. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/8/20/mais!/5.html>. Acesso em: 25 set. 2020.

Ana Lúcia Pereira é Professora de Metodologia Científica, Sociologia Geral e História do Direito no curso de Direito da Universidade Federal do Tocantins (UFT), câmpus de Palmas, em Tocantins. Pós-Doutora em Educação e Mestre em História pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), câmpus de Assis, em São Paulo. Doutora em Sociologia pela UNESP, câmpus de Araraquara. Graduada em Ciências Sociais pela UNESP, câmpus de Marília.

Alonso Bezerra de Carvalho é Professor do Departamento de Didática e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), câmpus de Marília, em São Paulo. Pós-Doutor em Ciências da Educação pela Universidade Charles de Gaulle, em Lille, na França. Doutor em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Educação, Graduado em Filosofia e em Ciências Sociais pela UNESP de Marília.

Como citar:

PEREIRA, Ana Lúcia; CARVALHO, Alonso Bezerra de. As regras e o método sociológico de Florestan Fernandes: um olhar para a pesquisa empírica em *Branços e negros em São Paulo* (1959). *Patrimônio e Memória*, Assis, SP, v. 16, n. 2, p. 73-90, jul./dez. 2020. Disponível em: pem.assis.unesp.br.